

O DEBATE DO OIKOS SOB A PERSPECTIVA DE MAX WEBER E JOHANNES HASEBROEK : UMA ANÁLISE COMPARATIVA.

Alexandre G. Carvalho¹⁶

RESUMO

Os trabalhos de Max Weber sobre a Grécia antiga contribuíram para reorientar as abordagens acerca da cidade-Estado antiga. Enquanto Weber estava preocupado em desvendar as diversas formas de dominação das “típicas cidades” antiga, Hasebroek procura estabelecer a relação do Estado grego com o comércio em todas as suas formas e atividades, além de descrever sua política comercial. Porém, o papel da cidade-Estado e os meios de dominação não estão ausentes da análise de Hasebroek, contudo, assumem uma sutil diferença em relação ao modelo de dominação da cidade-Estado weberiana.

Max Weber (1864-1920) e Johannes Hasebroek (1893-1957) produziram estudos e análises instigantes sobre a economia e sociedade grega, na esteira do debate do *oikos*, travado na Alemanha no final do século XIX e início do XX no qual historiadores e economistas alemães protagonizaram um fervoroso debate acerca da economia antiga¹⁷.

¹⁶ Professor Adjunto do Departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

¹⁷ O debate do *oikos* foi protagonizado pelo economista Karl Bucher e pelo historiador Eduard Meyer no final do século XIX. No dia 20 de abril de 1895, no Terceiro Congresso de Historiadores Alemães, Eduard Meyer fez críticas contundentes ao modelo evolucionista de Karl Bucher. Segundo Meyer era inconcebível que toda a Antiguidade fosse dominada pelo *oikos*. Um grande número de historiadores alemães iniciou uma série de críticas ao modelo de Bucher sendo então conhecidos posteriormente como “modernistas”, pois acreditavam que o mundo antigo guardava semelhanças com o desenvolvimento moderno, sendo a diferença apenas de grau, enquanto os historiadores e economistas que defenderam as hipóteses de Bucher ficaram conhecidos como “primitivistas”, pois defendiam a idéia de que o desenvolvimento econômico do mundo antigo era radicalmente diferente do mundo moderno.

As análises mais específicas de Weber sobre a civilização grega antiga estão contidas em dois livros. O primeiro, **Agrarverhältnisse im Altertum**, inicialmente escrito em 1897, reescrito no ano seguinte e, finalmente, publicado em 1908, foi traduzido para o inglês, em 1909, sob o título **The agrarian sociology of ancient civilizations**.¹⁸ Nele, Weber apresenta um painel amplo da organização econômica e social das sociedades do mundo antigo, e o que era pensado para ser um ensaio sobre a Grécia antiga tornou-se uma obra de ambições muito mais amplas, última contribuição mais direta de Weber para a controvérsia do *oikos*.

O segundo livro, a sua grande obra **Economia e sociedade**, produto de um outro momento da sua carreira intelectual, inicialmente pensado como uma coletânea, contém reflexões dispersas sobre a Grécia antiga e nele as preocupações de Weber estão voltadas para o capitalismo moderno e as diversas formas de dominação, e o mundo antigo está inserido em uma análise comparativa mais ampla. Contudo, há no livro uma seção intitulada *dominação não legítima (a tipologia das cidades)*,¹⁹ escrito entre 1911-1913, com reflexões mais específicas e sistematizadas sobre a Grécia e Roma. Este texto contém uma série de reflexões já iniciadas em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, em que Weber aprofunda sua análise acerca da estrutura da cidade antiga, comparando-a com outros “tipos” de cidade, de outros períodos históricos, particularmente do período medieval.

Nas suas reflexões sobre a Grécia clássica, Weber não abre mão da construção de conceitos, porém vincula a vida econômica a outras esferas da sociedade. Tais trabalhos também demonstram a possibilidade de construir tipos de teorias econômicas para

¹⁸ WEBER, M. Economic theory and ancient society. In: _____. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de FRANK, R.I. Londres e New York: Verso, 1998. p. 37-79.

¹⁹ idem., A dominação não-legítima (tipologia das cidades). In: **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, 2004. v. 2, p. 408-517.

diferentes estágios da História. É possível perceber, em sua análise, a presença de diversos “tipos” entrelaçados e misturados no curso da história econômica e social grega. Desde o período micênico até o final do clássico, estão presentes elementos da dominação tradicional e carismática e de um capitalismo particular, característico do mundo antigo, o capitalismo político. Em suas reflexões está presente implicitamente a seguinte questão: por que o mundo antigo não reuniu as condições necessárias para transformar-se em uma economia capitalista com as características modernas? A resposta para tal questão permeia toda sua obra: porque não atingiu a mesma “racionalidade” econômica e política da sociedade capitalista moderna.

Em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, Weber apresenta suas críticas, já iniciadas nos seus estudos metodológicos, aos estágios lineares, assume algumas críticas dos historiadores modernos a Bücher e retoma o papel da economia do *oikos* como um tipo ideal, porém de importância secundária para compreender os desenvolvimentos econômicos antigos.

Karl Bücher aceitou a explicação de Rodbertus do *oikos*, mas com uma diferença. Suas visões podem, creio eu, ser interpretadas – a partir de suas próprias afirmações – dessa maneira: ele considerou o *oikos* como um “tipo ideal”, denotando um tipo de sistema econômico que apareceu na Antiguidade com seus traços básicos e conseqüências características em uma aproximação mais estreita com seu “conceito puro” do que em qualquer outro lugar, sem essa economia do *oikos* tornar-se universalmente dominante, tanto no tempo como no espaço. Pode-se acrescentar com confiança que mesmo naqueles períodos quando o *oikos* foi dominante isso não significava mais do que uma limitação no comércio e seu papel de suprir as necessidades do consumidor. Esta limitação foi, esteja certo, forte e efetiva, e casou uma degradação social e econômica correspondente

daquelas classes que teriam levado avante um comércio mais extensivo.²⁰

Apesar dessa defesa de Bücher, Weber afirma que o uso da Antiguidade para exemplificar o conceito de “economia do *oikos*” o levou a enfatizar aspectos paradigmáticos da História econômica que resultou em uma impressão errônea. A interpretação de que a “economia do *oikos*” era característica de toda a Antiguidade foi o alvo principal das críticas de Eduard Meyer, levando-o a rejeitar completamente o conceito de *oikos*. A utilização por Meyer de conceitos econômicos modernos, com o uso de termos como fábricas e indústrias, tal como na Idade Moderna, é rechaçada por Weber, que não encontra nenhuma evidência no mundo antigo da existência de fábricas, mesmo no sentido técnico ou operacional do termo. “O estágio que precedeu o desenvolvimento do sistema de fábrica em épocas modernas não tem paralelo na Antiguidade.”²¹ Weber cede às críticas dos historiadores modernistas ao limitar a importância do *oikos* na economia do mundo antigo e ao seccionar a Antiguidade em zonas socioeconômicas e culturais distintas, em civilizações, em que cada uma passou por formas específicas de desenvolvimento. Finalmente, Weber dá um passo além dos primitivistas, ao separar a *pólis* clássica da economia do *oikos*, associando o declínio do *oikos* ao desenvolvimento da *pólis* e, posteriormente, ao capitalismo. O *oikos* tem um papel de destaque na Grécia nos estágios iniciais, no Oriente Próximo e, no final da Antiguidade, no Império Romano. Esse papel do *oikos* está associado à realeza no Ocidente e Oriente, sendo, no entanto, interrompido no Ocidente com o surgimento da *pólis* aristocrática e a abolição da realeza. A historicidade desses estágios históricos dissolve os conceitos unitários elaborados por Bücher, em que a visão linear é substituída

²⁰ WEBER, M. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de FRANK, R.I. Londres e New York: Verso, 1998. p. 43.

²¹ *ibid.*, p. 44.

por uma visão cíclica, diferente daquela de Meyer, que relacionava períodos da Antiguidade com períodos da Idade Média de forma homóloga.

Johannes Hasebroek foi um dos historiadores alemães mais distintos e criativos da História social e econômica grega do século passado. Como estudante universitário e sob influência de **Geschichte des Altertums** de Eduard Meyer, Hasebroek aprofundou seus estudos em História Antiga, filologia clássica e arqueologia. De 1916 a 1921, Hasebroek dedicou-se ao estudo do imperador Sétimo Severo. Na Universidade de Berlim, entrou em contato com estudiosos que o iriam influenciar em suas novas investidas. Dentre eles está o economista Werner Sombart. Já em 1920, Hasebroek publicou um artigo sobre transações bancárias e banqueiros gregos. Um segundo artigo, em 1921, versava sobre o comércio grego. Apesar de ainda evitar grandes generalizações, estes trabalhos já apresentam o interesse pela economia antiga. Em 1926, em uma conferência sobre o imperialismo antigo, revela-se o impacto das tipificações e conceitualizações histórico-sociológicas de Max Weber sobre suas reflexões. Esta influência cristaliza-se nos dois grandes trabalhos posteriores. O primeiro grande livro **Staat und Handel im alten Griechenland**, de 1928, já como professor da Universidade de Colônia, sobre comércio e política na Grécia antiga, enfatizava a tendência dos anos de Weimar, a nova *ciência social*. Este livro reacendeu a polêmica entre “modernistas” e “primitivistas”, e apesar da sólida base filológica, recebeu críticas pela visão unilateral em relação ao papel do comércio. O livro foi muito bem recebido na Inglaterra, e recebeu uma tradução em 1933, com o título de **Trade and Politics in Ancient Greece**, sendo recomendado como leitura obrigatória para estudantes de História Antiga grega até os anos 50. Algumas das deficiências deste estudo foram remediadas em seu livro posterior, **Griechische Wirtschafts-und Gesellschaftsgeschichte bis zur Perserzeit**, de 1931, no qual enfatizava a utilidade dos conceitos weberianos para a estrutura da economia e da sociedade gregas desde épocas homéricas até o final das guerras persas. O tempo mostrou que apesar de sua morte prematura e melancólica, afastado da academia por problemas de saúde, seus

trabalhos tornaram-se uma fonte altamente recomendável para todos aqueles que se interessam pela sociedade grega do período arcaico ao clássico primitivo e pela natureza da economia antiga.²²

Os trabalhos de Max Weber sobre a Grécia antiga contribuíram para reorientar as abordagens acerca da cidade-Estado antiga. Enquanto Weber estava preocupado em desvendar as diversas formas de dominação das “típicas cidades” antiga, Hasebroek procura estabelecer a relação do Estado grego com o comércio em todas as suas formas e atividades, além de descrever sua política comercial. Porém, o papel da cidade-Estado e os meios de dominação não estão ausentes da análise de Hasebroek, contudo, assumem uma sutil diferença em relação ao modelo de dominação da cidade-Estado weberiana. Tentaremos aqui relacionar e perceber os pontos em que Hasebroek aprofunda sua convergência com Weber acerca do poder da cidade-Estado, e quais são os pontos em que se distancia do modelo weberiano.

Inicialmente, faz-se *mister* retomar as definições de Weber sobre “Estado” e “Política”. O Estado moderno e toda associação política são definidos por um *meio* específico: a coação física. Todo Estado pressupõe um território, no qual o Estado reclama para si o monopólio da coação física legítima. “Política” é a “tentativa de participar no poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado entre os grupos de pessoas que este abrange.”²³ Tanto o Estado quanto as associações políticas historicamente precedentes se constituem em uma associação de *dominação* de homens sobre homens, amparada por justificativas internas, isto é, por princípios de *legitimidade* tradicional, carismática e ou legal. Outrossim, a forma de manifestação externa da organização de dominação política, o quadro administrativo, não

²² BRIGGS, W. W., e WILLIAM, M. C. (eds). **Classical Scholarship: A Bibliographical Encyclopedia**. New York: Garland, 1990. p. 142-151.

²³ WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, v. 2, 2004. p. 526.

está ligado ao detentor do poder por estes princípios de legitimidade, mas, sim, por interesses pessoais: recompensa material e honra social. Além disso, para a manutenção de toda dominação são necessários certos bens materiais externos. As ordens estatais são classificadas de acordo com dois princípios: o primeiro é aquele no qual os funcionários, ou outro tipo de pessoas com cuja obediência precisa poder contar o detentor do poder, são *proprietários* dos meios administrativos – dinheiro, prédios, material bélico, carros, cavalos ou outras coisas quaisquer. Já o segundo princípio é aquele no qual o quadro administrativo está *separado* dos meios administrativos, pois o detentor do poder tem a administração em suas próprias mãos, “organizando-a e exercendo-a mediante servidores pessoais, funcionários contratados ou favoritos e homens de confiança pessoal que não são proprietários dos meios materiais do empreendimento.”²⁴ O primeiro caso, no qual os meios administrativos encontram-se integral ou parcialmente sob poder do quadro administrativo dependente, é uma organização “estamental”. Em tal organização, o senhor divide com uma “aristocracia” autônoma o poder. Por outro lado, no segundo caso, o senhor apóia-se em camadas sem propriedade e sem honra social, totalmente dependentes e sem nenhum poder concorrente. Tal situação ocorre nas formas de dominação patriarcal e patrimonial, de despotismo sultanesco ou na ordem estatal burocrática, ou seja, em sua variação mais racional, no Estado Moderno. Portanto, o desenvolvimento do Estado Moderno caracteriza-se, nesta perspectiva, pela tentativa de desapropriação, por parte dos detentores do poder, dos portadores “particulares” de poder administrativo. Tal processo é similar ao desenvolvimento da empresa capitalista, que desapropria gradativamente os produtores autônomos. No fim, o Estado Moderno concentra a disposição de todos os recursos da organização política, configurando a separação entre o quadro administrativo, os funcionários e trabalhadores administrativos, e os meios materiais da organização.

²⁴ *ibid.*, p. 528.

Segundo Weber, o processo de fortalecimento de uma aristocracia guerreira desde o final do período micênico enfraqueceu o poder real na Grécia antiga. O poder das “linhagens”, depois dos “hoplitas” e finalmente dos “cidadãos” constitui uma associação política próxima do primeiro caso, no qual o quadro administrativo é *proprietário* dos meios administrativos. É, portanto, uma organização estamental. Porém, concomitantemente ao desenvolvimento destes tipos de dominação, Weber associa o engajamento das aristocracias litorâneas em atividades comerciais, principalmente no comércio marítimo, como elemento desintegrador do poder real, e elemento *propulsor* do capitalismo antigo, junto à escravidão e o fim das barreiras para aquisição de propriedade. Estes são elementos constituintes do capitalismo de orientação política, no qual o estamento interessava-se primordialmente pelas rendas advindas do Estado.

Em uma resenha de 1934, G. Short afirma que Hasebroek segue o “mau caminho” de Weber ao falar do domínio do mundo antigo por motivos políticos, distintos dos motivos econômicos.²⁵ Hasebroek, porém, apesar de afirmar que havia capitalistas na Grécia, que eram os “prestamistas”, assegura que o comércio não impulsionava e nem engendrava qualquer forma de capitalismo, era apenas um meio para o suprimento de necessidades, particularmente de cereais e matérias-primas para construção de navios, e para o enriquecimento do tesouro por meio de impostos e taxas. Este autor refutava a hipótese “modernista” da existência de antagonismos entre Estados nacionais gregos lutando entre si por interesses eminentemente comerciais. Para ele, o comércio era apenas um meio, e não um fim.

Ao investigar os tipos de mercadores e a atitude adotada pelo “Estado grego” em relação ao mercado e ao comércio, Hasebroek afirma que a linguagem grega reconhecia três tipos distintos de mercador ou intermediário: o *kapelos*, o *naukleros*, e o *emporos*.

²⁵ SHORT, G. Review HASEBROEK, J. Trade and politics in Ancient Greece. *Antiquity*, v. 8. n. 31, p. 358, 1934.

O *kapelos* era o negociante local, que se limitava a vender no mercado interno. Se ele comprasse diretamente dos produtores, era um *kapelos, strictu sensu*, mas, se comprasse de outro intermediário, mercador ou importador, ele era um negociante de segunda categoria, o *palikapelos*. Mas em qualquer caso, a produção não era dele. O fazendeiro ou fabricante que levava o seu produto para o mercado era um autonegociante, *autopelos*. Quanto aos outros dois tipos, o *naukleros* e o *emporos*, esses estavam envolvidos com o comércio estrangeiro, isto é, com o comércio ultramarino: o *naukleros* era proprietário de navios mercantes e transportava suas mercadorias; o *emporos* era o mercador que não possuía navios e viajava transportando suas mercadorias em navios pertencentes a outros.

Esses três tipos de comerciantes limitavam-se a vender as mercadorias de outras pessoas, não eram produtores, mas *intermediários* entre um distrito e outro, não entre produtores e consumidores do mesmo distrito. Constituíam uma classe de comerciantes profissionais de tempo integral, que navegavam de porto em porto sem destino fixo, vendendo suas mercadorias sempre e onde quer que uma oportunidade favorável se apresentasse. Estes três tipos de comerciantes comercializavam com mercadorias manufaturadas e com produtos agrícolas. No entanto, isto não quer dizer que os produtores não comercializassem seus produtos. Há evidências abundantes de produtores de oficinas, que vendiam direto para os consumidores e, também, de produtores que transportavam suas mercadorias para outros distritos, vendendo-as de casa em casa se fosse o caso.²⁶

Hasebroek alerta que não se podem confundir esses comerciantes estrangeiros com “capitalistas”, uma vez que eles não tinham capital próprio e precisavam da ajuda de “prestamistas” para efetuarem seus negócios. A ocupação do comércio marítimo era essencialmente uma atividade plebéia e não rendia lucros, além de uma mera receita de

²⁶ HASEBROEK, J. **Trade and politics in Ancient Greece**. S. I. Biblo and Tannen, 1993. p. 2-6.

subsistência. Apesar de investirem seu “capital” em empreendimentos comerciais, os “capitalistas” não tomavam parte em atividades comerciais, atuavam apenas como “prestamistas” e deixavam os riscos do negócio com os comerciantes. Hasebroek não fala de uma “classe” de “capitalistas”, mas de “capitalistas” individuais.²⁷ A ausência de registros ou relatos escritos comprova o primitivismo desse tipo de negócios.

Até aqui, fortes semelhanças com Weber. Para este autor, as linhagens que dominaram as “cidades aristocráticas” constituíam uma classe de *rentistas*, e não de comerciantes ou empresários no sentido moderno do termo; participavam de empreendimentos comerciais, como donos de navios, comanditários ou *prestamistas* de comerciantes marítimos, deixando para outros os riscos dos negócios. Eram comerciantes ocasionais. Logo em seguida, Weber afirma que o desenvolvimento do comércio marítimo levou a uma crise dos Estados dominados pelos clãs aristocráticos nas cidades costeiras, estando, entre os fatores que contribuíram para isso, o desenvolvimento de uma nova classe, nas cidades portuárias da costa, ligada à indústria de exportação e comércio, que ficava fora dos círculos tradicionais daqueles que viviam da terra. Assim, os aristocratas, representantes da aristocracia fundiária, que, no início de sua dominação, parecem assumir aquele papel que Hasebroek atribui aos “capitalistas”, posteriormente viram nascer uma classe urbana costeira voltada para a indústria e comércio, que lhes fazia oposição. Portanto, os capitalistas prestamistas de Hasebroek são para Weber, em um primeiro momento, as linhagens aristocráticas envolvidas com o comércio marítimo, e, em um segundo momento, os setores urbanos ligados ao comércio marítimo. Neste sentido, Weber não está muito distante de Eduard Meyer quanto à hipótese de uma “aristocracia comercial” nos séculos VIII e VII a.C., que se envolvia diretamente no comércio, fundando uma cultura comercial. Hasebroek contesta esta tese, afirmando que, se no período mais tardio, os comerciantes pertenciam à classe plebéia, como, no passado, teriam sido

²⁷ *ibid.*, p. 7-11.

aristocratas “capitalistas”? O controle das relações comerciais pelos nobres e os lucros advindos desse controle não significavam necessariamente um poder originário do comércio; sua riqueza era derivada, em parte, de suas terras agrícolas e de manadas e rebanhos e, em parte, da pirataria e pilhagem. Sua força era física, e não econômica. Assim, no período mais tardio, esses “capitalistas” eram muito mais uma classe de *rentier* do que de *entrepreneur*. Quando tomavam partes nos negócios, era apenas em atividade secundária.²⁸

Os argumentos de Hasebroek, embora muito próximos aos de Weber, permitem-nos perceber, de forma muito sutil, algumas conclusões complementares ou mesmo novas em relação às de Weber. Para Hasebroek, não havia competição entre os cidadãos e os estrangeiros (*metecos*), quanto aos interesses econômicos, já que estes eram encorajados pelo Estado a conduzir os negócios entre as cidades-Estados. Os *metecos*, estrangeiros residentes, sem *status* cívico completo ou direitos políticos, porém sujeitos a encargos financeiros, como a liturgia e o serviço militar, eram responsáveis pelo comércio estrangeiro e podiam negociar no atacado e no varejo. Por outro lado, era pequena a proporção de cidadãos envolvidos diretamente em atividades produtivas; eles estavam mais interessados em receitas da propriedade da terra e nas rendas do Estado. Similar à opinião de Weber, Hasebroek afirma que o cidadão ideal da Antiguidade era um *rentier*, enquanto os estrangeiros constituíam o esteio do comércio e da indústria, pois buscavam o ganho pecuniário. Estes constituíam, junto com os escravos, os proletários, porque eram homens sem direito político, assim como também o eram o proprietário de terras arruinado e o camponês endividado. Além disso, os trabalhadores urbanos da Antiguidade não tinham o mesmo papel daqueles do período Medieval, pois eram servos, escravos e meio cidadãos, o que inviabilizava qualquer tipo de associação corporativa que pudesse reivindicar interesses comuns contra a nobreza. Um cidadão não tinha o menor interesse

²⁸ HASEBROEK, M. op. cit., p. 16-17.

em se juntar a um escravo ou a um camponês, porque, apesar de poderem estar na mesma situação econômica, não estavam na mesma situação política, além de os camponeses estarem mais preocupados em acabar com os débitos e a divisão dos bens. É a esta pluralidade de pessoas, em oposição aos produtores emergentes da Idade Média, que Hasebroek denomina proletariado de consumidores.²⁹ Portanto, “a separação fundamental do Estado grego foi entre os *rentiers* que viviam às custas do Estado ou sobre as rendas de sua propriedade e investimentos e a *massa sem cidade* de estrangeiros.”³⁰ (o grifo é nosso).

Tudo isto está muito próximo de Weber, porém este, em nossa opinião, sem negar a separação citada acima, enfatiza os conflitos entre *credores* e *devedores* como o principal antagonismo das típicas “cidades aristocráticas e hoplitas”. Se repensarmos a hipótese de Hasebroek, à luz do instrumental teórico de Weber, poderíamos dizer que os cidadãos *rentiers* constituíam um estamento positivamente privilegiado, enquanto os estrangeiros constituíam estamentos negativamente privilegiados. Os escravos fariam parte deste último estamento. Isto está mais claro em Weber do que em Hasebroek, exatamente porque, para Hasebroek, o principal antagonismo reside no pertencimento à cidade-Estado ou na exclusão dela. O fato de não pertencer a uma cidade-Estado, de não ter um lar fixo, pois os estrangeiros estavam sempre viajando em busca de novas oportunidades comerciais, é que era desprezado pelos cidadãos, aqueles que tinham um lar fixo. Por isso, a indústria e o comércio e, em particular, o comércio ultramarino, estão fora da jurisdição do Estado, pois são áreas de influência de estrangeiros. Daí a ausência de uma marinha mercantil nacional ou uma indústria nacional. O comércio era apenas um

²⁹ *ibid.*, p. 28-32.

³⁰ *ibid.*, p. 35.

campo para o investimento do capital e uma fonte de receita do Estado.³¹ Tanto Weber quanto Hasebroek enfatizam, em suas análises, os conflitos e antagonismos na Grécia.

Weber utiliza modelos “típicos” de cidade, delimitando as diversas formas de dominação em diferentes momentos de seu desenvolvimento: ora o domínio das linhagens sobre os camponeses; ora o domínio dos *hoplitas* sobre os antigos clãs aristocráticos, com os avanços institucionais; ora o domínio da *pólis*, com a imposição do regime democrático imposto aos escravos e outros povos. Hasebroek não utiliza esses modelos típicos de cidade, mas coloca a cidade no centro de sua reflexão, demonstrando seu poder sobre o “estrangeiro”, que a serve para suprir suas necessidades e explicitando a secundarização do papel do comércio. Não deixa de ser um modelo. Diferente de Meyer e Weber, o comércio em Hasebroek não se relaciona com nenhuma forma de “capitalismo”; é apenas um meio para reforçar o poder do Estado, isto é, da comunidade de cidadãos *rentiers* sobre os estrangeiros. Seu trabalho é um ataque aos modernistas, mas não se identifica completamente com as idéias de Karl Bücher – mesmo citando-o diversas vezes -, que apontava estágios de evolução e não falava de “capitalistas” no mundo antigo. Podemos dizer, então, que os trabalhos de Hasebroek representam um recrudescimento do primitivismo, um *neoprimitivismo*, diferente dos primeiros primitivistas, porém próximo a Weber, - a *pólis*, em vez do *oikos*, é o elemento central do primitivismo. A *pólis* e as transações comerciais são colocadas no centro da análise weberiana. O comércio contribui para desestruturar as relações feudais e fomentar o capitalismo. Contudo, a *pólis* e o comércio ainda estão envolvidos em um mar de tradicionalismo. A *pólis* não é um obstáculo para o comércio, mas, sim, para as relações capitalistas modernas, em razão do *ethos* aristocrático dominante. Hasebroek, procurando corroborar a tese de Bücher, de que a economia antiga não apresentava os traços da economia nacional moderna, mas sem colocar o *oikos*, no centro da análise, vê a

³¹ *ibid.*, p. 43.

pólis como um obstáculo ao livre desenvolvimento dos interesses comerciais, pois estes estão sob o domínio dos interesses políticos. A *pólis* interdita os interesses comerciais e assim assume um caráter primitivo. Enquanto Weber, em **Economia e sociedade**, acentua o caráter primitivo da *pólis* em relação às modernas sociedades capitalistas, Hasebroek ressalta o seu caráter primitivo em relação às economias dos Estados nacionais modernos. O traço primitivo, tanto em Weber quanto em Hasebroek é a esfera política, não mais a econômica. O econômico está sob o domínio do político, e os interesses econômicos estão subordinados aos interesses políticos.

Hasebroek contesta os “modernistas”, que defendem a idéia da industrialização e do florescimento comercial gregos nos séculos VIII e VII a.C. Não acredita que os interesses comerciais tenham se tornado o fator predominante na política pública e que os Estados comerciais tenham se tornado líderes no mundo grego com a substituição da velha nobreza por uma aristocracia comercial.³² Nega que as mercadorias produzidas naquele período tenham sido originadas de grandes estabelecimentos ou fábricas em quantidades atacadistas, pois as mercadorias eram, em grande parte, produtos de luxo, de artes – metal trabalhado, roupas finas e lãs – com pouca demanda popular. O fato de a mercadoria ter um nome de um lugar não prova que ela tenha sido fabricada naquele lugar: o nome pode ter sido obtido de sua forma e qualidade, da origem da matéria-prima, ou mesmo da nacionalidade dos comerciantes que a negociavam.

Em relação aos vasos de cerâmica, Hasebroek afirma que, apesar da existência de um tráfego de cerâmica em diferentes partes do mundo grego, a cerâmica decorativa também era um artigo de luxo, geralmente usada em decoração de tumbas, oferendas votivas ou como prêmios levados para casa pelo vencedor em disputas internacionais. Era provavelmente produzida em grande quantidade nos locais onde foi encontrada. A respeito do uso desses vasos de cerâmica em decorações de tumbas, Short faz uma

³² *ibid.*, p. 44-49.

observação dizendo que os pertences colocados em tumbas incluíam objetos que eram usados no dia-a-dia e que os vasos foram encontrados também em vestígios de casas e de templos. No entanto, Short afirma que a observação não invalidava a hipótese de Hasebroek.³³

Hasebroek analisa cada um dos Estados que, supostamente, eram centros da indústria grega: Egina, Corinto, Mileto e Atenas. Egina era uma comunidade comercial, com forte presença de vendedores ambulantes itinerantes, que praticavam um comércio interdistrital atacadista. A palavra “eginetana” dada a mercadorias, como unguento, tinta, ruge, colares e vidros, significava que elas eram vendidas por negociantes eginetanos, primeiros mercadores a competir com os fenícios.³⁴ Corinto é descrita como uma importante cidade industrial e o maior centro comercial da Grécia. Suas guerras tinham objetivos comerciais, e seu império era uma área de exploração comercial. Tal hipótese é sustentada, em grande parte, pela idéia de que os próprios nobres coríntios tomavam parte nos negócios, a chamada “aristocracia comercial”, e que todo o espírito de corpo de cidadãos era essencialmente comercial. Amparado em dados de Tucídides, Hasebroek afirma que as guerras promovidas por Corinto não eram guerras comerciais, mas guerras que atendiam a interesses eminentemente políticos e seu império colonial não era uma área de exploração comercial. A informação de Tucídides de que os coríntios “limpavam” os mares de piratas significa que um maior número de mercadores estrangeiros visitava os portos de Corinto, aumentando as receitas públicas. Por outro lado, muitos dos técnicos e produtores que viajavam realizando os mais diversos tipos de trabalho eram coríntios. Portanto, Corinto era a cidade do trabalhador especializado.³⁵ Em relação ao suposto centro industrial têxtil grego, Mileto, também não há provas de que os famosos fios de lã,

³³ SHORT, G. op. cit., p. 357.

³⁴ HASEBROEK, J. **Trade and politics in Ancient Greece**. S. I. Biblo and Tannen, 1993. p. 51-52.

³⁵ *ibid.*, p. 54-57.

mantas, cobertores e roupas, encontrados em diversos lugares da Grécia, eram produzidos em grande quantidade para “exportação”. Na verdade, tais produtos produzidos em oficinas milesianas (não em fábricas) eram comprados por mercadores itinerantes, que, de época em época, iam a Mileto e os vendiam em outras partes do mundo.³⁶ O mesmo fim tinham os produtos produzidos pelos oleiros de Naucrátis. Atenas também aparece na lista dos Estados que vendiam seus produtos em todas as partes do mundo grego, porém as principais exportações atenienses não eram de manufaturados, mas de vinho e azeite, talvez as únicas mercadorias produzidas além de sua própria necessidade e que podiam ser exportadas em grandes quantidades. Era, na verdade, uma cidade-Estado agrícola.³⁷

Vimos, portanto, que são exageradas as descrições do comércio e da indústria grega nos séculos VII e VI a.C. quanto ao seu volume e importância. Nos épicos homéricos, o comércio é praticado pelos fenícios; em Hesíodo, é praticado pelos camponeses que vendiam o excedente de sua produção no estrangeiro; os egípcios foram os primeiros comerciantes profissionais. Apesar disso, as mercadorias negociadas não eram, em sua maioria, artigos de primeira necessidade, mas, sim, de grande valor, como o ouro, a prata, o marfim, os vasos valiosos, as roupas tecidas, os ornamentos e, principalmente, os escravos, tanto homens quanto mulheres.

O comerciante as comprava neste ou naquele mercado e deste ou daquele artífice. Se ele as vendia outra vez e obtivesse lucro, ele retornava e assegurava mais suprimentos; e talvez ele pudesse assegurar para o artífice matérias primas valiosas para o seu trabalho – pois além de negociar com artigos acabados ele deve também ter negociado com aqueles produtos naturais que apesar de

³⁶ *ibid.*, p. 58.

³⁷ *ibid.*, p. 59.

indispensáveis são em alguns lugares escassos – ferro, por exemplo...³⁸

Tudo isso mostra que, no começo do período clássico, apesar da superação da *household* e do avanço das atividades industriais em alguns Estados, não houve a formação de uma economia nacional entre os Estados gregos. Não havia divisão do trabalho e especialização de produção entre as cidades nem um comércio marítimo estrangeiro extenso, com ligações e alianças regulares entre aristocratas comerciais e príncipes mercadores.³⁹ O modelo evolutivo de Bücher o levou a afirmar que, em nenhuma sociedade anterior à moderna, seria possível encontrar traços da economia nacional. As críticas modernistas a Bücher foram desferidas em dois sentidos: pela predominância atribuída ao *oikos* em todos os períodos da Antiguidade e pelo desconhecimento do material histórico. Hasebroek retifica a primeira crítica ao considerar exagerada a proposição de Bücher acerca da importância do *oikos* e apresenta um detalhado material empírico para defender sua hipótese de impossibilidade de se encontrarem nas cidades-Estados gregas as mesmas características da economia nos Estados modernos.

Hasebroek afirma que os métodos capitalistas não poderiam tornar-se dominantes na manufatura grega por três motivos: impossibilidade de prever a demanda; dificuldade de acumulação e investimento de capital; e instituição da escravidão. Para Weber, esses fatores impediriam a formação do capitalismo “moderno”, mas não de relações capitalistas. A própria escravidão é vista como empresa capitalista escravista, porém constituiu-se em um entrave para a racionalidade produtiva moderna.

Para Hasebroek, as fontes sugerem que os escravos no final do século V não eram empregados na produção de mercadorias manufaturadas em larga escala; eles eram

³⁸ *ibid.*, p. 69.

³⁹ *ibid.*, p. 70-71.

utilizados pelos seus proprietários para gerar renda, nos mais diversos tipos de atividades.⁴⁰ Mesmo no século IV a.C., a produção fabril era dirigida para necessidades locais e não havia nenhuma divisão de trabalho entre os Estados. Tanto as pequenas, quanto as grandes cidades, segundo Xenofonte, deveriam suprir suas necessidades diárias com o trabalho de seus próprios habitantes. Contribuía para isso o ideal da cidade-Estado grega de isolamento e auto-suficiência. Daí as áreas de produção e consumo permanecerem as mesmas durante os séculos V e IV e não haver uma organização internacional unindo o mundo grego. Segundo Eduard Will – mesmo sendo favorável à hipótese de Hasebroek –, há uma minimização exagerada da atividade comercial, principalmente em relação à época clássica. Nem todas as cidades gregas tinham uma estrutura econômica idêntica e nem se pode afirmar que estavam reservadas exclusivamente aos metecos e escravos todas as atividades de caráter comercial.⁴¹

Hasebroek afirma que o proprietário de navios enfrentava enormes dificuldades, entre as quais, podemos listar: não havia informações sobre os mercados no estrangeiro; os custos do comércio eram grandes, pois a taxa de juros sobre empréstimos comerciais era alta; o período de viagens estava reduzido a seis meses, de novembro a fevereiro; as enormes dificuldades no transporte inviabilizavam qualquer possibilidade de formação de companhias de navio e não havia especialização comercial, característica da época moderna; não havia encomenda de mercadorias; o mercador colocava-se ao mar sem saber em que porto ele seria capaz de vender suas mercadorias; os comerciantes estavam à mercê dos piratas e navios de guerra e das demandas casuais dos consumidores. Tudo isso resultava em altos riscos para o comércio e contribuía para que os credores, que já

⁴⁰ *ibid.*, p. 77.

⁴¹ WILL, E. Trois quarts de siècle de recherches sur L'économie grecque antique. *Annales ESC*, v. 1, n. 9, 1954. p. 15.

cobravam altas taxas de juros, também demandassem como seguro hipotecas de cargas e quantias bem elevadas do empréstimo.⁴²

As finanças também eram rudimentares. As moedas de vários Estados, até o século III, tinham validade local e estavam constantemente sendo depreciadas. A ausência de uma moeda “nacional” dificultava a circulação de dinheiro de um Estado para outro. Em um artigo de 1933, em que as obras de Hasebroek são o alvo principal da análise, Louis Gernet afirma que durante a passagem para a democracia, apareceu uma moeda de Estado que, permitindo ou favorecendo a circulação de produtos agrícolas, deve ter modificado o estatuto econômico da classe camponesa.⁴³ Tal perspectiva enfatiza uma importância maior para a moeda, em relação à política, do que aquela dada por Hasebroek.

Segundo Hasebroek, em Atenas, os bancos agiam como intermediários para pagamento de débito, como fiadores, tomavam objetos e documentos de valor em custódia e faziam empréstimos de todos os tipos. Não havia negócios internacionais de crédito; o dinheiro era enviado de uma cidade para outra em espécie. O empréstimo bancário estava limitado, em geral, ao auxílio ocasional de amigos pessoais. Não havia garantias de pagamento dos empréstimos, pois não havia uma corte internacional na qual as pendências pudessem ser resolvidas. Nos períodos de guerra, havia grande número de renúncia de débitos. Em Atenas, era ilegal emprestar dinheiro a mercadores não engajados no transporte de mercadorias para ou da própria Atenas. A circulação de capital era prejudicada pela prática regular de ocultar as riquezas. As responsabilidades públicas e a liturgia levavam os homens com posses a reverter sua riqueza em ouro e prata não utilizáveis para os propósitos da produção. Quando o capital não ficava ocioso,

⁴² HASEBROEK, J. op. cit., p. 82-84.

⁴³ GERNET, L. Comment caracteriser l'économie de la Grèce antique? **Annales. ESC**, V. 5, p. 565, 1933.

era utilizado para empréstimo a juros, pois não havia limite para a taxa de juros. Não havia necessidade de recibos escritos, mas apenas da presença de testemunhas.⁴⁴

Ainda segundo Hasebroek, Atenas não era um centro da indústria grega e nem sequer um Estado industrial; era um lugar de troca, e não de produção. O comércio fornecia ao Estado uma parte apreciável de suas receitas, isto é, rendia uma receita substancial aos investidores privados e explorava os serviços de classe de mercadores profissionais. Assim, apesar da intensificação de trocas das mercadorias entre cidades, particularmente de trigo, e das vultosas receitas que este comércio podia propiciar para os investidores, mas não para os mercadores, a economia grega do período clássico era agrícola, e não comercial e industrial. Essas considerações de Hasebroek o aproximam muito mais de Bücher que de Weber, uma vez que este autor relaciona o aumento do comércio e da escravidão, além da liberdade de transferência da propriedade, ao “capitalismo político”.

Segundo Weber, o comércio, no Ocidente, na medida em que se desenvolvia, parece ter tido um papel desagregador e fomentador de estruturas novas. A confluência entre comércio e capitalismo é muito grande, no seu trabalho mais específico sobre História Antiga. O Estado, nas sociedades do Antigo Oriente Próximo, era um obstáculo ao pleno desenvolvimento do comércio e, no Ocidente, não permitia que as relações comerciais avançassem até o capitalismo racional. No modelo hasebroekiano, o Estado – a comunidade de cidadãos – conseguia dominar e controlar as relações comerciais em proveito próprio de forma muito mais contundente que no modelo weberiano. A sutil diferença entre esses dois modelos está no uso dos termos *obstaculizar* e *coordenar*. O Estado grego parece concentrar poderes e recursos suficientes para utilizar o comércio – estando englobados aí os produtos comerciais, os indivíduos envolvidos no comércio e as rotas e taxas - de acordo com suas necessidades. Parece-nos, portanto, que o modelo

⁴⁴ HASEBROEK, J. op. cit., p. 88-89.

esboçado por Hasebroek elucida uma contradição existente no modelo weberiano. A concentração de poderes da *pólis* grega, apresentada por Hasebroek, está mais próxima da realidade política do Antigo Oriente Próximo, apresentada por Weber em **The agrarian sociology of ancient civilizations**. A *pólis* grega neste livro, em oposição aos grandes impérios do Oriente, não inviabilizava as práticas comerciais e se via transformada pelo avanço do comércio. Por outro lado, a organização “estamental” da sociedade grega dificultava a centralização do Estado e a existência de um aparato burocrático. A *pólis* descrita por Hasebroek está mais próxima dos impérios orientais de Weber do que da *pólis* grega, que constituiu um elemento de ruptura na História do Ocidente. Paradoxalmente, a capacidade de organizar e coordenar o comércio da forma como Hasebroek descreve a *pólis* grega está, segundo o princípio de organização estatal de Weber, tanto próxima dos impérios orientais, quanto dos Estados modernos, os quais apresentam uma concentração de poder ausente nas organizações estamentais.

Em um trabalho recente, Charles M. Reed, analisando o comércio marítimo no mundo grego, deixando clara sua orientação “substantivista”, afirma que o equívoco de Hasebroek é pensar que Atenas intervinha no comércio somente para assegurar necessidades vitais para seus cidadãos sem se preocupar com os interesses dos *emporoi* e dos *naukeroi*. Segundo Reed, Atenas obviamente agia em favor dos comerciantes marítimos, em razão da enorme sobreposição de seus interesses àqueles do corpo de cidadão ateniense. Este autor, então, substitui a idéia de desdém dos cidadãos para com os estrangeiros pela idéia de complementaridade de interesses entre essas categorias. Esta análise, muito próxima da de Hasebroek e Finley, mas sem descartar os trabalhos dos modernistas atuais, salienta que Hasebroek percebeu a extensão da *pólis* sobre as atitudes oficiais, mas falhou na percepção do impacto da *pólis* sobre as atitudes da sociedade ateniense em geral. Hasebroek não percebeu que a dependência cívica de

alimentos importados substituía considerações de *status* social na mente dos indivíduos atenienses.⁴⁵

Para explicitarmos melhor estas contradições, é necessário explorarmos mais profundamente o assunto específico do trabalho de Hasebroek: os meios pelos quais o Estado deliberadamente promovia ou restringia o comércio, isto é, as diversas manifestações da política estatal voltadas para o comércio, particularmente o estrangeiro. Aqui, Hasebroek continua seu combate aos “modernistas”, que acreditavam ter a cidade grega uma política comercial similar ao do Estado moderno nacional, que objetivava assegurar mercados estrangeiros e manter seu próprio para beneficiar a produção doméstica. Estas noções de rivalidade comercial internacional são transferidas para o mundo antigo, no qual os supostos Estados nacionais lutam entre si por mercados coloniais e comerciais.⁴⁶ Esta posição sustenta-se no princípio de que o Estado estava interessado no comércio e na produção. Porém, na medida em que boa parte da produção das cidades estava nas mãos dos estrangeiros residentes, não tendo nem os trabalhadores nem os comerciantes alguma influência de controle na política doméstica ou estrangeira, não se pode falar de trabalho ou produção nacional.

As tarifas protecionistas só aparecem no período helenístico. As taxas de exportação e importação eram impostas para propósitos de receita. A grande maioria dos comerciantes estrangeiros era politicamente desclassificada, e os que não eram estrangeiros, eram proletários. O comércio estava divorciado da vida nacional; era, portanto, *cosmopolitano*. Não há um comércio “ateniense”, “beociano”, nem uma marinha mercantil nacional. Não havia nenhuma associação de mercadores que assegurasse seus interesses. Quando existia, era de caráter puramente religioso.⁴⁷

⁴⁵ REED, C.M. **Maritime traders in the ancient Greek world**. Cambridge: University Press, 2004. p. 51-77.

⁴⁶ HASEBROEK, J. op. cit., p. 97-98.

⁴⁷ *ibid.*, p. 99-102.

As guerras não objetivavam apagar um rival comercial ou beneficiar a classe comercial ou industrial. Suas causas eram genuinamente políticas. Elas surgiam do desejo de assegurar pela força e pela dominação política as vantagens de prosperidade nacional. Essa é a idéia do imperialismo antigo, que procurava controlar o comércio *cosmopolitano* com o objetivo de enriquecer os Estados por meio de taxas e impostos. Dessa forma, as guerras eram políticas, e não comerciais, travadas no interesse do consumidor por suprimento de alimentos.⁴⁸

Subjacente a esta separação entre a guerra e interesses comerciais, há um exagero de Hasebroek quanto à hipótese de Weber de separação entre o *homo politicus* e o *homo economicus*. Segundo Humphreys, Weber não queria dizer que o cidadão antigo estava mais interessado na guerra do que nas atividades de mercado. Weber não sublinha a existência de dois sistemas de valores conflitantes, no qual um influencia de forma decisiva o comportamento do outro. O que ele salienta, segundo Humphreys, é que as instituições que para nós parecem caracteristicamente econômicas - comércio, produção para o mercado, circulação de dinheiro, atividades bancárias - são analiticamente dependentes e somente compreensíveis em termos de instituições que nós caracterizamos como políticas. A questão de fundo não é se a guerra tem efeitos econômicos, - que sempre tem - mas se esses efeitos são melhores analisados como elementos internos ao sistema econômico ou como o resultado de forças externas. Para Humphreys, embora a guerra representasse um papel importante na circulação de mercadorias, suas principais implicações econômicas em sociedades pré-industriais estão relacionadas à distribuição da força de trabalho. Para compreender o lugar da guerra na economia grega antiga, é necessário considerar as implicações da escravidão.⁴⁹ O

⁴⁸ *ibid.*, p. 102.

⁴⁹ HUMPHREYS, S. *Homo politicus and homo economicus: war and trade in economy of ancient and arcaic Greek*. In: _____. **Anthropology and the Greeks**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978. p. 159-170.

comércio da Grécia arcaica, segundo Humphreys, deve ser visto em um contexto muito mais amplo de trocas entre o Egeu e o mundo além, no qual a importação e a exportação de força de trabalho foram muito superiores à troca de mercadorias, não sendo possível fazer uma distinção entre comércio e transferência de mercadorias por meio da guerra, pirataria, hospitalidade e troca de dádiva. Por outro lado, o império ateniense representou um novo caminho para a integração da força de trabalho livre excedente na economia da cidade-Estado por meio de lucros derivados da guerra e comércio. Guerra e comércio ainda estão intimamente ligados, mas em lugar de atividades complementares realizadas pelo mesmo pessoal, elas são diferenciadas e ligadas pelo dinheiro, pelo mercado e pela extorsão de tributo por Atenas de seus súditos. Portanto, as guerras médicas foram um divisor de águas na história grega.⁵⁰

Hasebroek, muito preocupado com a diferenciação de valores entre o mundo antigo e o moderno, não conseguiu perceber este aspecto fundamental da guerra. Tomando como eixo comparativo somente modelos modernos de comércio, deixou escapar de sua análise este movimento particular de mercadorias que se dava no interior das guerras arcaicas e ignorou qualquer possibilidade de diferenciação de interesses econômicos dos cidadãos atenienses pós-guerra do Peloponeso.

Weber, em sua análise acerca dos fundamentos econômicos do imperialismo, afirma que nem sempre o surgimento e a expansão de formações com caráter de grandes potências estão condicionados, primeiramente, por fatores econômicos, apesar de, em muitos casos, a exportação de bens contribuir em grande medida para a formação de grandes Estados. No caso dos grandes impérios ultramarinos do passado - Atenas, Cartago e Roma -, ele afirma que:

outros interesses econômicos – sobretudo aquele em lucros provindos de rendas do solo, arrendamento de impostos,

⁵⁰ *ibid.*, p. 170.

emolumentos oficiais e outros semelhantes - tinham importância pelo menos igual e, freqüentemente, muito maior do que os lucros mercantis. Dentro deste último motivo da expansão, por sua vez, era muito insignificante o interesse, predominante na era capitalista moderna, de “venda” para os territórios estrangeiros, em comparação ao interesse em possuir territórios *a partir* dos quais podiam ser importados certos bens (matérias-primas).⁵¹

Nas diversas civilizações que Weber apresenta como exemplo, o tráfico de bens não costumava indicar o caminho à expansão política, embora, mais à frente, o autor demonstre que, apesar disso, a estrutura econômica determina em considerável grau tanto a extensão quanto a forma da expansão política. Além de mulheres, gado e escravos, é a terra o principal objeto de apropriação violenta, particularmente nas comunidades camponesas conquistadoras. Assim, na Antiguidade, o interesse na renda do solo é de grande importância, pois “já que os lucros mercantis eram ‘investidos’ de preferência em bens de raiz e escravos por dívidas, a obtenção de terras férteis e apropriadas para produzir rendas constituía (...) a finalidade normal das guerras”.⁵² Weber cita os privilégios oferecidos pela liga Ática ao *demos* da cidade dominadora que, além de tributos de diversas espécies, conseguia a ruptura do monopólio de solo das cidades sujeitas: “o direito dos atenienses à aquisição de terras por toda parte e a empréstimos hipotecários.”⁵³

Não há nesta reflexão uma clivagem em relação às ideias de Hasebroek, que parecem aprofundar esta hipótese. Porém, a ideia de exportação de bens está totalmente ausente do modelo de Hasebroek, que acredita na proeminência absoluta do interesse de

⁵¹ WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, 2004. v. 2, p. 165.

⁵² *idem.*, p. 165.

⁵³ *ibid.*

importação sobre o de exportação. Esta proeminência está presente no processo de colonização.

Para este autor, a colonização grega tinha um ou dois fins: império ou manutenção de suprimentos. A colônia grega não era comercial; ela era militar (uma colônia de conquista), ou agrícola. Esta última devia sua origem à iniciativa privada, enquanto a primeira era uma iniciativa estatal. As colônias gregas freqüentemente se tornavam centros de comércio, pois, em geral, estavam no caminho de rotas comerciais, levando os colonos agrícolas a assumirem o controle do comércio como fonte de receita e, posteriormente, deixando este negócio para estrangeiros que lá chegavam.

A típica colônia grega era agrícola (*apoikia*) e foi criada para suprir as necessidades alimentares da população excedente das cidades-Estados; após duas ou três gerações, tornava-se uma nova e independente organização política. A fome, não a ambição comercial, era a força motriz da colonização. O solo escasso e pouco adaptável ao crescimento de grãos (trigo) impossibilitava alimentar uma população continuamente crescente. O laço entre as colônias e as cidades-mães era religioso e moral e não político e comercial; os objetos de culto, em particular o fogo sagrado do pritaneu, chegavam diretamente da cidade-mãe, e os cidadãos da cidade-mãe recebiam honras especiais quando visitavam a colônia. Os tipos de moeda da colônia eram influenciados pela história legendária de sua cidade-mãe, porém não havia uma relação de submissão política e econômica. Todos estes aspectos configuram uma relação distinta da que existe entre colônia e metrópole dos Tempos Modernos.⁵⁴

As colônias militares (*clerukias*) “eram fundadas em pontos estrategicamente importantes e serviam tanto para manter os pontos subjugados e aliados sob controle como para fornecer terra para a população excedente.”⁵⁵ Diferente das colônias agrícolas,

⁵⁴ HASEBROEK, J. op. cit., p. 108-109.

⁵⁵ *ibid.*, p. 109.

a colônia militar permaneceu politicamente dependente, porém sem motivos comerciais, apenas os motivos de dominação militar e manutenção de dependência. Portanto, a colonização serviu como instrumento da *talassocracia*: um meio de controlar extensões marítimas e de obter pela força suprimentos de alimentos e metais preciosos e de assegurar as rotas para outras regiões serem exploradas para fins similares. O objetivo da colonização não era *comercial*, mas, sim, *imperial*.⁵⁶

O traço mais essencial dos Estados gregos clássicos foi a busca deliberada de independência, que estava condicionada pelo fato de que estes Estados eram cidades-Estados. Mesmo na época de maior desenvolvimento, não há idéia de solidariedade no mundo das cidades-Estados gregas; e até a evolução política foi determinada por um separatismo exagerado. A existência do cidadão estava diretamente relacionada com sua cidade-Estado. Fora de sua cidade, seus privilégios de cidadão estavam aniquilados. A proscrição ao estrangeiro é comum a toda lei grega primitiva. E em teoria, mostrou-se notavelmente persistente. Assim, a *guerra* entre os Estados gregos era uma coisa normal na mentalidade grega. Os tratados de paz para os períodos de cinco ou dez anos eram vistos como meras interrupções de um estado de guerra. A pirataria e o corso eram praticados com a proteção e a autoridade do Estado.⁵⁷

O bem-estar da cidade geralmente estava condicionado pelo exercício de poder sobre seus súditos, não dependendo do desenvolvimento de seus próprios recursos de trabalho, indústria ou comércio nativo, mas das contribuições de seus súditos. A cidade imperial grega usou dois métodos de imperialismo: anexava e explorava diretamente o território dominado, tirando os habitantes originais e assentando o excedente de sua população e compelia os habitantes do território dominado a pagar tributo em dinheiro ou em espécie. Os cidadãos constituíam uma casta militar, cujos interesses eram

⁵⁶ *ibid.*, p. 110.

⁵⁷ *ibid.*, p. 117-118.

absorvidos por responsabilidades políticas e obrigações militares, deixando o trabalho para servos, escravos e *metecos*. As cidades-Estado procuravam aproximar-se do ideal de independência econômica, daí ser impensável pensar a cidade-Estado como uma nação.⁵⁸ A cidade grega não estava interessada em alcançar supremacia comercial e capturar mercados por meio da força: interessava-lhe a supremacia política.

Além da necessidade de garantir suprimentos, o Estado preocupava-se em assegurar riquezas por meio do comércio. O governo intervinha de todas as formas a fim de encher seus celeiros e seu tesouro, impedindo o desenvolvimento do comércio e criando inseguranças e incertezas em um Estado que vivia permanentemente em guerra. O Estado não agia em nome de uma classe de comerciantes; ao contrário, intervinha em seus interesses, tomando empresas comerciais em suas próprias mãos e confiscando os lucros para o tesouro. Interferia na vida econômica de toda a cidade, estando à sua mercê a propriedade, o dinheiro, o crédito, todo o tipo de transação pecuniária. A causa em todo lugar era sempre a mesma: a cidade nunca tinha um estoque regular para abastecer a população.⁵⁹ O resultado disso foi o encobrimento da riqueza, entesouramento. Todas as posses eram um perigo. Daí constituir-se o solo no investimento mais seguro. Tal afirmativa complementa a hipótese de Weber acerca da importância do investimento no solo, com o intuito de obter rendas.

Os trabalhos de Weber e Hasebroek, ao deslocarem o eixo do argumento primitivista, do *oikos* para a *pólis*, e apresentarem uma preocupação maior com o material empírico, respondiam, em parte, às críticas dos historiadores aos economistas históricos. Contudo, tal deslocamento da esfera econômica para a esfera política não significava um retrocesso a uma historiografia rankeana, mais preocupada com os grandes personagens políticos, mas uma resposta à teoria evolucionista de Bücher, com estágios de

⁵⁸ *ibid.*, p. 137-138.

⁵⁹ *ibid.*, p. 151-152.

desenvolvimento incompatíveis com o material empírico disponível. Conseqüentemente, os trabalhos desses autores, Weber e Hasebroek e, também, do próprio Meyer, ainda sob um “ambiente” historista, já demonstram traços da História Social, na qual os diversos grupos sociais e sua relação com a estrutura econômica e política já ocupavam o centro de suas preocupações. A Arqueologia, particularmente com Hasebroek, começa também a ter um papel importante, sendo já utilizada para corroborar o modelo geral apresentado pelo autor.

Segundo Weber, a *pólis* era primitiva em relação ao racionalismo do capitalismo moderno e às economias nacionais, mas não em relação às monarquias do Antigo Oriente. Portanto, o primitivismo da *pólis* era sublinhado somente em relação a períodos posteriores, mas não quando comparado a sociedades contemporâneas. Weber, com sua elaboração de racionalidade e irracionalidade, não conseguiu superar os resquícios neoclássicos de seu arcabouço teórico. Hasebroek, mesmo seguindo de perto os trabalhos de Weber, ao acentuar as diferenças da *pólis* com as economias nacionais modernas, retoma Bücher para demonstrar que os princípios da economia política clássica eram incompatíveis com a realidade do mundo antigo. Contudo, a excessiva preocupação em demonstrar as diferenças entre a política das cidades-Estados e interesses comerciais modernos não lhe permitiu perceber qualquer tipo de interesse do cidadão que não seja dominado pela esfera política. De acordo com a definição de Weber de política, podemos dizer, conforme Hasebroek, que a exclusão dos *estrangeiros* (*metecos*, escravos) da política cidadina era o elemento fundamental do poder das cidades-Estados. O comércio era útil apenas como elemento constituinte do objetivo maior da cidade, o suprimento de necessidades, e não afetava o ideal de independência das cidades-Estados. Mas não seria este objetivo, o suprimento de necessidades, já um interesse eminentemente econômico?

BIBLIOGRAFIA

BRIGGS, W. W., e WILLIAM, M. C. (eds). **Classical Scholarship: A Bibliographical Encyclopedia**. New York: Garland, 1990.

BRUHNS, H. Max Weber, l'économie et l'histoire. **Annales ESC**, n. 6, p. 1259-1287,1996.

BÜCHER, K. **Études d'histoire et d'économie politique**. Bruxelas; Paris: Henri Lamertin Éditeur & Félix Alcan Éditeur, 1901.

COHN,G. (org.). **Max Weber**. Sociologia. São Paulo: Ática,1981.col. Grandes cientistas sociais

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1980.

GERNET, J. Comment caracteriser l'économie de la Grèce antique? **Annales ESC**, n.5, 561-566, 1933.

HASEBROEK, J. **Trade and politics in Ancient Greece**. London:. Biblo and Tannen, 1993.

HUMPHREYS, S. C. **Anthropology and the Greeks**. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

MEYER, E. **El historiador y la historia antigua**. Estudios sobre la teoría de la Historia y la Historia económica y política de la Antigüedad. México - Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1955.

SHORT, G. Review HASEBROEK , J. Trade and politics in Ancient Greece. **Antiquity**, v. 8. n. 31, p. 356-358.

TENBRUCK, F. H. Max Weber and Eduard Meyer. In: MOMNSEN, F. **Max Weber and his contemporaries**. London; Boston; Sidney;: Unwin Hyman, 1989, p. 234-267.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet, São Paulo: Cortez Editora, 1992.

WEBER, M. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de FRANK, R.I. London; New York: Verso, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, 2004. 2v.



WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

WILL, E. Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie grecque antique. **Annales ESC**, n. 9, v.1, p. 7-22, 1954.